

A ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO: O caso na produção de matérias primas para biocosméticos em Silves – AM.

Rute Holanda Lopes, rutelopes@ufam.edu.br, UFAM
 Moises Israel Belchior de Andrade Coelho, moisescoelho@ufam.edu.br, UFAM
 Elizangela de Jesus Oliveira, elizangelajoliveira@ufam.edu.br, UFAM
 Kátia Viana Cavalcante, katiavc29@gmail.com, UFAM
 Joel Castro do Nascimento, joelcastro@ufam.edu.br, UFAM

Resumo

As de práticas sustentáveis envolvem mais que a manutenção dos recursos ambientais, inclui a melhoria da qualidade de vida das populações e regiões impactadas. A questão ambiental e a sustentabilidade das nas atividades econômicas, torna-se um assunto de relevância e abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais que perpassam pela produção industrial, a legislação ambiental governamental e o comércio internacional, ressalta a complexidade e o caráter sistêmico que as entrelaçam. Como forma de inserir-se nestes mercados, as comunidades fornecedoras organizam-se em associações e cooperativas, se tornando assim parte da Economia da Funcionalidade e da Cooperação – EFC. O objetivo deste trabalho foi compreender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e Associação estudadas. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório. No que diz respeito ao procedimento metodológico utilizou-se ferramentas características do estudo de caso exploratório. A relevância desse estudo está em entender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e Associação estudadas.

Palavras-chave: Agroextrativismo; matérias primas regionais; sustentabilidade.

1. Introdução

A questão ambiental e a sustentabilidade das atividades econômicas, possui relevância em uma realidade sistêmica que abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais que perpassam pela produção industrial acrescidas da legislação ambiental governamental e do comércio internacional, ressaltando a complexidade e o caráter sistêmico que as entrelaçam. De modo, a estudar uma realidade sistêmica complexa, necessita-se de um novo olhar, novas modos de analisar e discutir, enfim, uma nova forma de pensar, sendo denominada de saber ambiental. O saber ambiental, não se limita ao estudo ecológico, ambiental, socioeconômico, ele transcende e excede as “ciências ambientais”, para se abrir ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes ambientais (LEFF, 2010).

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” evidenciou que a promessa de um bem-estar baseado na continuidade do modelo de desenvolvimento dos países ricos e na



emulação desse modelo para os países menos ricos não poderia mais ser mantida, pois o funcionamento desse modelo extrapolava a capacidade de recuperação dos ecossistemas e estava rapidamente consumindo o capital natural (MANZINI, 2008).

O desenvolvimento sustentável pressupõe a existência de um planejamento participativo, que possibilite o reequilíbrio das relações entre mercado, Estado e sociedade civil. Uma ética moderna, mediada por cidadãos ativos e processos políticos esclarecidos, pode impedir a destruição da Terra e melhorar a condição humana. Isso pode permitir a inclusão e a liberdade social, trazendo historicidade ao contrato social para o desenvolvimento (FREITAS; FREITAS, 2013). A inclusão, o empreendedorismo e a proteção do meio ambiente são a base material para uma sustentabilidade ligada à vida e ao planeta (FREITAS, FREITAS; RUIZ, 2015).

O entendimento e a aplicação do conceito de práticas sustentáveis envolvem variáveis para além, da manutenção dos recursos ambientais, inclui a melhoria da qualidade de vida das populações e regiões impactadas e o entendimento da relação homem-natureza neste cenário vivido. O extrativismo vegetal e animal constitui importante atividade econômica para o interior do Amazonas. A coleta significativa da biodiversidade ocupa um lugar relevante como atividade em si e na articulação com o sistema agroflorestral (WITKOSKI, 2010).

No caso dos pequenos produtores, Sachs (2003) argumenta que a maioria da nação é constituída por agricultores familiares, operários agrícolas, trabalhadores por conta própria urbanos, empregadores e empregados de micro e pequenas empresas que exercem atividades de baixa produtividade, em condições precárias de trabalho e com remuneração insuficiente para garantir uma subsistência digna. E destaca a necessidade de encarar os pequenos produtores e empreendedores como arquitetos potenciais do futuro, acrescentando a necessidade de ajudá-los com um conjunto de políticas públicas que partam do princípio do tratamento desigual aos desiguais, ou seja, de ação informativa em favor dos mais fracos, sem poder e sem voz.

Neste contexto, os problemas do fornecimento de matéria-prima para a produção de biocosméticos foram identificados por empresários, setor público, associados, cooperados e agroextrativistas, pelo estudo das formas de inserção da atividade, das práticas empresariais e das fragilidades das comunidades frente a esta nova realidade. No caso do extrativismo no município de Silves-AM, existe uma estrutura formada pela Associação Vida Verde na Amazônia – AVIVE e pela Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia – COPRONAT que fazem o papel de articuladores entre os produtores/extrativistas e as empresas nacionais.

Assim, a pesquisa tem como objetivo compreender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e Associação estudadas (AVIVE e COPRONAT).

2. Fundamentação teórica

2.1 Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Desenvolvimento implica progressos simultâneos nos âmbitos social, ambiental e econômico, ou seja, soluções triplamente ganhadoras. O desenvolvimento sustentável pressupõe

a existência de um planejamento participativo, que possibilite o reequilíbrio das relações entre mercado, Estado e sociedade civil. Uma ética moderna, mediada por cidadãos ativos e processos políticos esclarecidos, pode impedir a destruição da Terra e melhorar a condição humana. Isso pode permitir a inclusão e a liberdade social, trazendo historicidade ao contrato social para o desenvolvimento (FREITAS; FREITAS, 2013).

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” evidenciou que a promessa de um bem-estar baseado na continuidade do modelo de desenvolvimento dos países ricos (chamados “desenvolvidos”) e na emulação desse modelo para os países menos ricos (chamados “subdesenvolvidos”, ou mais otimistamente, “em desenvolvimento”) não poderia mais ser mantida, pois o funcionamento desse modelo extrapolava a capacidade de recuperação dos ecossistemas e estava rapidamente consumindo o capital natural (MANZINI, 2008).

O futuro do desenvolvimento sustentável na Amazônia depende de sua incorporação ao projeto nacional brasileiro com três pilares: integração regional, nacional e pan-americana; a internalização das instituições nacionais da região; e a exploração econômica da região de forma sustentável. Educação, ciência e tecnologia são os eixos centrais deste projeto nacional. Preservar e integrar a Amazônia ao Brasil, humanizar a relação do homem com a natureza, melhorar a qualidade de vida das populações locais, solucionar os complexos problemas científicos e tecnológicos dos trópicos úmidos e explorar seu potencial econômico são os pressupostos dessa ciência política na região (FREITAS; FREITAS, 2013).

2.2 Novas formas de organização do trabalho e a Economia da Funcionalidade e da Cooperação

No início do século, a consolidação da grande indústria como lugar principal para a produção de mercadorias, a adoção da divisão do trabalho proposta por Adam Smith e a evolução das máquinas constituem o contexto no qual novas formas de organização do trabalho surgiram. As novas formas de organização do trabalho combinam ajuste mútuo, responsabilidade individual e de equipe e desenvolvimento de competências. Surgindo a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) a qual desenvolve projetos associando ergonomia, psicodinâmica do trabalho e economia, propondo uma alternativa para integrar trabalho, saúde e eficiência econômica. O diferencial desta abordagem da EFC em relação às outras abordagens é precisamente a ênfase no desenvolvimento de um modelo econômico integrado ao trabalho e com na base na cooperação, excluindo relações sociais mercantis (LIMA; DIAS, 2020).

Ao contrário dos modelos econômicos circulares e das demais teorias da funcionalidade, a abordagem da EFC questiona as premissas tayloristas-fordistas do modelo econômico hegemônico, pela busca de enriquecer as diferentes representações sociais existentes sobre o trabalho humano, considerando as questões da subjetividade e sua relação com o trabalho (DEJOURS, 2012, SZNELWAR, LANCMAN; UCHIDA, 2011)

A EFC consiste em proporcionar às empresas, particulares ou territórios, soluções integradas de serviços e bens baseadas na venda de um desempenho de uso e não na simples venda de bens. Essas soluções devem permitir um menor consumo de recursos, maior bem-estar humano e desenvolvimento econômico em direção à economia circular (ADEME et al., 2017; LE



IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
 de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE PUD CAMPINAS

WIPES IBCOP

Apoio: Agência das Relações PCJ

COMITÊS PCJ

DILOSQUER; DE GASPARO, 2017). A EFC funciona dentro do conceito de lógica servicial, ou seja, é modelo econômico que consiste em conceber e produzir soluções baseadas na integração de bens e de serviços, associada à venda de uma performance de uso e/ou inserida numa dinâmica territorial. A definição e a ênfase de uma performance de uso, ou seja, não vender mais os meios, isto é, bens ou tempo, mas sim um valor servicial, permite a dissociação entre a criação de valor e o volume de meios mobilizados (bens e serviços) (DU TERTRE, VUIDEL; PINET, 2019).

Os recursos imateriais são os principais elementos que viabilizam a construção de uma dinâmica servicial bem-sucedida. Os recursos imateriais envolvem (1) a confiança entre todas as partes; (2) a pertinência do que a empresa oferece em relação ao seu posicionamento e aos seus serviços; (3) a competência por meio das capacidades individuais (qualificações, talentos, entre outros); e (4) saúde pelo bem-estar físico, psíquico, emocional, social, entre outros (FERNANDES et al., 2021).

Eles são elementos que cruzam o andamento da prestação de serviço e relaciona-se com as condições para o exercício do trabalho e aos recursos mobilizados para uma determinada atividade (TOULORGE, LAMERAND; DU TERTRE, 2016).

Os interesses em compartilhar os investimentos materiais e imateriais, a necessidade de cooperar para manter juntos uma performance de uso e a busca por encarregar-se das externalidades resultam numa organização sob forma de um ecossistema cooperativo territorializado. Nesse ecossistema, a criação de valor está relacionada à capacidade de manter a performance de maneira síncrona; o valor monetário criado sendo compartilhado como base nos compromissos e na realização desses compromissos. A distribuição do valor monetário criado é operada levando-se em conta o objetivo de longo prazo de reforçar os recursos individuais e coletivos (DU TERTRE, VUIDEL; PINET, 2019).

Destarte, essa economia de serviço outorga um papel chave à subjetividade dos assalariados e à intersubjetividade que se desenvolve entre eles e com os beneficiários, estabelecendo uma nova relação com o tempo de trabalho. Tornando mais complexa a noção de performance ao abrir-se a outras dimensões, tais como, o não mensurável, o juízo de valor, a consideração do longo tempo e o registro territorial das atividades (nova relação com o tempo e espaço), além da própria subjetividade, esse modelo coloca a dimensão subjetiva do trabalho no centro da performance econômica como destaca Du Tertre (2012, 2013).

Nesse sentido, a cooperação não mais se limita a cooperação entre pares de uma mesma equipe de trabalho (cooperação horizontal), nem tão pouco ao longo da linha hierárquica (cooperação vertical). Ela se estenderá a cooperação com pessoas externas à empresa (cooperação transversal), ocorrendo entre os prestadores de serviços e os beneficiários dos serviços, onde todo serviço é coproduzido por um prestador e um beneficiário resultando que os clientes/usuários intervêm no próprio processo de trabalho (DU TERTRE, 2013).

Do ponto de vista econômico, essa cooperação aumenta o escopo da criação de valor, não mais limitado por uma definição pré-concebida de uma tarefa ou de uma produção padrão.



A criatividade resultante da relação de serviço, envolvendo tanto o trabalhador como o beneficiário, é uma alavanca de criação de valor que oferece uma abordagem alternativa para o desenvolvimento econômico de uma empresa (DE GASPARO et al., 2019).

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa por considerar a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e, pelo prolongado contato para o objetivo do estudo, para ganhar uma perspectiva holística em oposição à reducionista de um fenômeno e com a possibilidade de fazer múltiplas interpretações dos dados obtidos e a inexistência de instrumentos instrumentais padronizados mecanismos (MILES & HUBERMAN, 1994, GUMMESSON, 1991).

Com relação aos objetivos é uma pesquisa exploratória (SILVA & MENEZES, 2005), pois tem como intuito proporcionar maior familiaridade com o problema visando a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, no caso os relacionamentos entre comunidades, associação e cooperativa no município de Silves no Amazonas.

O procedimento metodológico adotado foi do estudo de caso exploratório (MCCUTCHEON; MEREDITH, 1993), pois busca examinar os acontecimentos contemporâneos onde não se podem manipular os comportamentos dos sujeitos da pesquisa possuindo caráter generalizável as preposições teóricas. O método de generalização utilizado é a “generalização analítica”, utilizando uma teoria desenvolvida na forma de um modelo e comparando-a aos resultados obtidos do estudo de caso (YIN, 2017). A condução do estudo de caso seguiu cinco estágios (YIN, 2017; VOSS, TSIKRIKTSIS; FROHLICH, 2015): (1) seleção do caso, (2) procedimentos para coleta de dados, (3) seleção de instrumentos para a coleta de dados, (4) análise dos dados e (5) discussão, codificação e análise dos dados.

A delimitação do universo foi composta pelas comunidades tradicionais que fornecem matéria-prima para biocosméticos, pela AVIVE e pela COPRONAT que se encontram no município de Silves/AM e em seu entorno. O acesso aos atores da pesquisa ocorreu via contato profissional. Na amostragem pesquisada aplicou-se o caráter não probabilística intencional (MARCONI; LAKATOS, 2002) e como técnicas de pesquisa foram utilizadas a documentação indireta por intermédio da pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e observação direta intensiva (observação *in loco* e entrevista aberta).

O estudo foi realizado em momentos distintos: (1) aconteceram entrevistas abertas (VERGARA, 2009) com os membros das comunidades tradicionais que fornecem matéria-prima para os biocosméticos, além dos membros da AVIVE e da COPRONAT, a partir de um roteiro onde se identificaram informações fundamentais sobre o funcionamento da cadeia produtiva; da associação e da cooperativa; os relacionamentos entre os diversos atores do ponto de vista econômico, produtivo, comercial e social. Realizou-se também observações *in loco* na sede da COPRONAT e da AVIVE de modo a complementar e enriquecer as informações coletadas durante as entrevistas, bem como visitas nas comunidades tradicionais; (2) ocorreu a pes-

quisa documental tendo em vista a coleta de dados preliminares em documentos escritos e veiculados nas mais diversas mídias; (3) As análises dos dados qualitativos foram realizadas mediante princípios da análise do conteúdo descritas em Bardin (1977): (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação.

Na observação in loco buscou-se uma melhor compreensão dos atores envolvidos por intermédio da análise da infraestrutura física da produção, do funcionamento geral, das ações e comunicações entre os comunitários, associados e cooperados.

4. Resultados

Observou-se inicialmente nas pesquisas de campo que há uma estrutura formada por Associação Vida Verde da Amazônia – AVIVE e Cooperativa de produtos naturais da Amazônia – COPRONAT que fazem o papel de articuladores entre os produtores/extrativistas e as empresas nacionais, com destaque para a NATURA S.A. As visitas iniciais foram realizadas na sede do município de Silves, visando entender o processo de compra e produção de matérias-primas para a produção de óleos e essências que são vendidas a empresas nacionais ou utilizada na produção de própria de cosméticos, velas entre outros (Figura 1).

FIGURA 1: Sede da Associação - AVIVE e da Cooperativa – COPRONAT. Município de SILVES – AMAZONAS /BRASIL



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No contato com os presidentes da AVIVE e COPRONAT constatou-se a existência de mercado que demandam matérias-primas para a produção de óleos e essências, o que proporciona possibilidades de melhoria de qualidade de vida e de aumento na geração de renda, principalmente dos agroextrativistas, e dos associados e cooperados.

Ressalta-se, que nem todos os comunitários são associados ou cooperados, o que os coloca na posição de simples fornecedores. A ausência de técnicas e metodologias de sensibilização e capacitação dos atores que estão desde a ponta até o início desta cadeia, ou seja, da



indústria até os agroextrativistas para inserção desta atividade causa desgaste, abandono da atividade e rompimento de relações sociais e econômicas, sendo os agroextrativistas, os menos acessados e inseridos apropriadamente nesta cadeia produtiva.

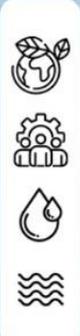
Além destes, evidenciou-se o fator financeiro como ponto relevante para o desenvolvimento da atividade. Nos relatos dos agroextrativistas foi recorrente afirmativas relacionadas: ao atraso de pagamentos; ao baixo valor pago pelo quilograma da matéria-prima; e as incertezas de compra dos estoques, mesmo mediante da manifestação verbal da cooperativa junto a comunidade. Estes fatos contribuem com desestímulo aos agroextrativistas, uma vez que o trabalho é desgastante, manual, com técnicas e equipamentos rústicos. No discurso, identificou-se que estes precisam deslocar-se dentro da floresta, em busca de matérias-primas que nascem de forma espontânea no interior da mata, o que torna sua distribuição dispersa e aleatória, dificultando ainda mais o processo de coleta e transporte de sementes, frutos, seiva, entre outros produtos que precisam ser transportados por grandes distâncias e em quantidades exaustivas podendo causar fadigas e lesões musculares aos produtores.

Não há formalidade ou regularidade nestas demandas, os acordos são verbais e as avaliações dos produtos são subjetivas, desta forma a confiança entre as partes torna-se frágil e muitas vezes se rompe durante as negociações. De um lado as empresas cobram quantidades, prazos e qualidade das associações e cooperativas que fazem o papel de intermediárias nesta relação e demandam dos agroextrativistas, de outro lado as comunidades, por trabalharem com produtos naturais que são coletados de forma sazonal e nas quantidades que a floresta disponibiliza, não podem garantir a quantidade ou a data exata em que poderão fornecer as quantidades demandadas.

Devido as incertezas as cooperativas e associações buscam diversas comunidades e solicitam a mesma matéria-prima, o que acaba gerando pedidos, produção e entregas em duplicidade. Este excesso acaba deixando alguns agroextrativistas fora do mercado, pois ao conseguirem coletar a quantidade necessária, outras comunidades já atenderam a demanda e eles perdem a venda e muitas vezes os produtos coletados, sendo que este cenário gera incerteza, insatisfação e desestímulo a estas populações.

Para entender melhor esta dinâmica, foi necessário a visita a estas comunidades, quando os líderes e os principais produtores de matérias-primas foram contactados. Na figura 2, apresenta-se várias entrevistas realizadas durante a visita a comunidade Ituã, no município de Silves-AM. Esta comunidade destaca-se na produção do cumaru.

FIGURA 2: Encontros com produtores da Comunidade Ituã. Município de Silves – Amazonas/Brasil



IV SUSTENTARE & VII WIPIS

WORKSHOP INTERNACIONAL

Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos

de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização:



SUSTENTARE PUC-CAMPINAS

Apoio:



Agência das Rocias PCJ



WIPES



COMITÊS PCJ



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Dentre os produtos fornecidos pelas comunidades à COPRONAT têm-se o Cumaru (*Dipteryx odorata*). Este fruto é coletado pelas populações locais, em árvores espalhadas na área da propriedade. Após a coleta o fruto é quebrado com martelos ou pedaços de madeiras e em seguida são expostos no sol para secar. De acordo com os entrevistados, a secagem demora de 2 a 3 dias. Após este processo o produto é embalado em sacolas plásticas ou de juta, dependendo da quantidade coletada e, posteriormente levada a Cooperativa na sede municipal de Silves. A figura 3, ilustra a forma tradicional das coletas bem como o processo de quebra, secagem e armazenamento realizadas pelas comunidades no município de Silves-AM.

Figura 3: Processo de coleta do Cumaru (*Dipteryx odorata*) na Comunidade Ituã. Município de Silves -Amazonas/Brasil.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Após o processo inicial, os produtos são vendidos a cooperativa COPRONAT, onde são realizados os beneficiamentos destes produtos, que inclui a secagem (quando necessário), a

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
 de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE PUCAMPINAS

Apoio: Agência das Relações PCJ

extração do óleo, controle de qualidade, armazenagem e comercialização junto as empresas nacionais.

Outro produto comercializado com a cooperativa que possui procedimento de secagem seja por estufa ou ao ar livre (expostos a luz do sol) para que haja uma melhor extração do óleo, tanto relacionado a quantidade como a qualidade do óleo extraído, é a andiroba (*Carapa guianensis* e *Carapa procera*). Verificou-se ainda a comercialização do breu branco, embora em menor quantidade e regularidade, o produto é diretamente armazenado e tem uma durabilidade maior, podendo agu

ardar por mais tempo o processo produtivo de beneficiamento, como apresentados na Figura 4.

Figura 4: Secagem da Andiroba (*Carapa guianensis* e *Carapa procera*) e armazenamento do breu na Cooperativa de produtos naturais da Amazônia - COPRONAT. Município de – Silves- Amazonas/Brasil



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Após o beneficiamento destas matérias-primas, os óleos e essências têm duas destinações finais, sendo elas, a venda diretamente para empresas produtoras, que são o principal público consumidor, mas também a fabricação de produtos próprios com a marca AVIVE, como apresentado na Figura 5. Estes produtos são vendidos localmente e aos visitantes a sede da Associação.

Não há formalidade ou regularidade nestas demandas, os acordos são verbais e as avaliações dos produtos são subjetivas, desta forma a confiança entre as partes é frágil. As empresas cobram quantidades, prazos e qualidade das associações e cooperativas. Do outro lado as comunidades, por trabalharem com produtos naturais que são coletados de forma sazonal e nas quantidades que a floresta disponibiliza, não podem garantir a quantidade ou a data exata em que poderão fornecer as quantidades demandadas.



Figura 5: Produtos beneficiados e desenvolvidos pela Associação Vida Verde da Amazônia AVIVE. Município de Silves – Amazonas/Brasil.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Devido as incertezas a Cooperativas e a Associação buscam diversas comunidades, o que acaba gerando pedidos, produção e entregas em duplicidade. Este excesso acaba deixando alguns agroextrativistas fora do mercado, pois outras comunidades já atenderam a demanda e eles perdem os produtos coletados, gerando incerteza, insatisfação e desestímulo a estas populações.

Nas pesquisas de campos realizadas nos meses de agosto e setembro, foi possível acessar a Associação, a Cooperativa e algumas comunidades. Nestas visitas observou-se a relação causal entre a cooperativa e os agroextrativistas e apontou ainda, para a necessidade de acompanhamento da cadeia produtiva sustentável pela maior beneficiada dos seus produtos/matéria-prima, uma vez que foi apontado e identificado nos relatos dos participantes (tanto cooperadores, extrativistas e cooperados) a ausência de contratos e garantias mínimas entre estes na compra e venda de matéria-prima, percebe-se ainda falta de capacitação que proporcionaria um fornecimento em sua qualidade ótima a cooperativa, o que beneficiaria toda a cadeia.

Com relação à discussão dos resultados do estudo de caso, é necessário considerar a partir da revisão da literatura uma série de orientações para novas trajetórias econômicas da empresa estudada.

A primeira orientação diz respeito à questão de ampliar a funcionalidade na proposta de valor da empresa, incluindo aspectos relacionados ao turismo verde, culinária amazônica, novos serviços entre outras ações que agreguem valor à empresa (aprimorar o sistema de produto-serviço) e ao território onde está inserido. Isso vai ao encontro ao que Du Tertre (2012; 2013) Toulorge, Lamerand e Du Tertre (2016) mencionam sobre serviços e a performance em uma nova relação de produtos-serviços a serem oferecidos.

É necessário definir o território no qual as comunidades, associação e cooperação estão situadas, identificando os atores que fazem parte desse território e buscando novos atores de complementação. Esta é uma ação que envolve a questão de cooperação e territorialidade (DU



TERTRE, VUIDEL; PINET, 2020; DU TERTRE, 2013), que emergem como noções fundamentais na EFC. As relações com clientes precisam ser desenvolvidas objetivando a fidelização dos clientes dentro da lógica de produto-serviço oferecido pela empresa, ou seja, buscar soluções integradas de serviços e bens pautadas na performance (ADEME et al., 2017; LE DILOSQUER; DE GASPARO, 2017).

Finalizando, desenvolver o modelo de governança e parcerias chave em direção ao fomento de um ecossistema cooperativo territorializado (DU TERTRE; VUIDEL; PINET, 2019) entre os atores territoriais engajados na produção de biocosméticos, além da elaboração do mapa territorial do ecossistema se fazem necessários.

5. Conclusões

O modelo da EFC busca ser uma alternativa e ruptura com o modelo industrial Taylorista/Fordista em vigor desde meados do século passado. Nesse sentido, esse estudo apresentou os relacionamentos e as interações entre os atores envolvidos na cadeia de valor de biocosméticos no município de Silves/AM. Sendo assim, acredita-se que o objetivo foi alcançado.

Entre os principais resultados, destacam-se: (1) a apresentação das interações entre os atores envolvidos na cadeia de valor do setor de biocosméticos no setor primário na região amazônica; (2) os desafios e as dificuldades enfrentadas pelos coletores e pelos associados; a (3) necessidade de busca por novas trajetórias econômicas sustentáveis que reformulem o modelo de negócio desses coletores; (4) Não existe formalidade ou regularidade nestas demandas, os acordos são verbais e as avaliações dos produtos são subjetivas, desta forma a confiança entre as partes frágil. A sustentabilidade da atividade e os impactos sobre a comunidade acabam não ocorrendo devido a falta de regularidade e por não trazer relevância na vida e nas atividades econômicas das populações envolvidas.

Ademais, as empresas cobram quantidades, prazos e qualidade das associações e cooperativas. Do outro lado as comunidades, por trabalharem com produtos naturais que são coletados de forma sazonal e nas quantidades que a floresta disponibiliza, não podem garantir a quantidade ou a data exata em que poderão fornecer as quantidades demandas. Devido as incertezas as cooperativas e associações buscam diversas comunidades, o que acaba gerando pedidos, produção e entregas em duplicidade. Este excesso acaba deixando alguns agroextrativistas fora do mercado, pois outras comunidades já atenderam a demanda e eles perdem os produtos coletados, gerando incerteza, insatisfação e desestímulo a estas populações.

Entre as limitações da pesquisa, menciona-se que os aspectos financeiros não foram detalhados. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a ampliação das entrevistas com todos os associados e cooperados, bem como melhor compreensão dos aspectos financeiros, da centralidade do trabalho, desenvolvimento do território e da sustentabilidade de tal modelo. A relevância desse estudo está em entender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e Associação estudadas.



6. Agradecimentos (quando houver)

FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa no Amazonas, mediante o incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa no estado do Amazonas.

7. Referências bibliográficas

ADEME, ATEMIS, PATRICE VUIDEL, BRIGITTE PASQUELIN. Rumo a uma economia de funcionalidade com alto valor ambiental e social até 2050. O serviço e a dinâmica territorial no centro do novo modelo. 2017. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/22/arquivos/343.pdf>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. França: Pressiona Universitaires de France. 1977

DE GAPARO, S.; DEBUC, T.; GUYON, M. Quando os ergonomistas se intrometem no desempenho. In: Congresso SELF-ACE 2016. Ergonomie(S), Ergonome(S) – Quelle évolutions à la croisée d'une discipline et d'un métier?, 36, 2001, Marselha. **Anais...** Marselha: SELF-ACE. 4-15. 2016

DEJOURS, C. A psicologia das massas sob a perspectiva da clínica do trabalho. In Dejours, C. **Trabalho vivo. Trabalho e emancipação**. Brasília. Paralelo 15. 2012

DE GASPARO, S.; LE DILOSQUER, P. Y., HUBAULT, F.; SZNELWAR, L. I. Quando a criatividade atende à criação de valor. Um estudo de caso sobre limpeza diurna. **Em Avanços em Sistemas Inteligentes e Computação** (Vol. 825, pp. 991-996). Springer Verlag. 2019. https://doi.org/10.1007/978-3-319-96068-5_108

DU TERTRE, C. A economia da funcionalidade, para um desenvolvimento mais sustentável. **Produzindo diferente para viver melhor**, novembro, 5. 2012

DU TERTRE, C. Economia de serviços e trabalho: contribuição teórica para o desenvolvimento de "uma economia cooperativa". **Trabalho**, 29(1), 29-64. 2013 <https://doi.org/10.3917/trav.029.0029>

DU TERTRE, C.; VUIDEL, P.; PINET, C. Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: a via da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. **Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, 2(5), 1-25. 2019

FERNANDES, A.A.B; SANTOS, R.B.; XAVIER, A.F.; DUARTE, F.J.M. **Economia da Funcionalidade e da Cooperação: Recursos Imateriais**. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ. 2021.

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Correa da Silva. Sustainability, Amazonia and environment: propositions and challenges, **International Journal of Environmental Studies**, 70:4, 467-476, 2013. DOI: [10.1080/00207233.2013.823030](https://doi.org/10.1080/00207233.2013.823030)

FREITAS, Marilene Correa da Silva; FREITAS, Marcílio de.; RUIZ, M. A. Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: a Amazônia, um caso ilustrativo. **Inovação: The European Journal of Social Science Research**, 28(2), 192-210. 2015. <https://doi.org/10.1080/13511610.2015.1010141>

FREITAS, Marcílio de.; FREITAS, Marilene Correa da Silva. Desenvolvimento regional para a sustentabilidade na Amazônia: Controvérsias e desafios. **Geografia, Meio Ambiente, Sustentabilidade**, 11(4), 112-131. 2018 <https://doi.org/10.24057/2071-9388-2018-11-4-112-131>



GUMMESSON, E. **Métodos Qualitativos em Pesquisa gerencial**. Newbury Park, Califórnia: Sage Publications. 1991

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA -SPI. 1994

LE DILOSQUER, P.-Y.; DE GASPARO, S. Pensando na economia do tempo do ponto de vista do serviço: uma questão de saúde e desempenho econômico. **Revue Economique et Sociale**, 75(1), 25-41. 2017

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2010

LIMA, F. P. A.; DIAS, A. V. C. Financeirização, trabalho e saúde: a economia como doença social. In: Vilela et al. **Desenvolvimento colaborativo para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho - Laboratório de Mudança na Saúde do Trabalho**. São Paulo: Ex-Libris, p. 69-93, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2002

MANZINI, E. Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers. 2008

MCCUTCHEON, D.M.; MEREDITH, J. R. (1993). Realização de pesquisa de estudo de caso em gestão de operações. **Journal of Operations Management**, 11(3), 239-256. 1993 [https://doi.org/10.1016/0272-6963\(93\)90002-7](https://doi.org/10.1016/0272-6963(93)90002-7)

MILES, M., & HUBERMAN, A. **Análise de Dados Qualitativos**. Um livro de fontes expandido. 2ª ed., Thousand Oaks, CA: Sage.1994

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond. 2003

SILVA, E. L., & MENEZES, E. M. (2005). **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC. 2005

SZNELWAR, L. I.; LANCMAN, S.; UCHIDA, S. A subjetividade no trabalho em questão. **Tempo Social (USP. Impresso)**, 23(1), 11-30. 2011 <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100002>

TOULORGE, G.; LAMERAND, M.; DU TERTRE, C. O estado da arte sobre a economia da funcionalidade. **Economia do Clube de Funcionalidade & Desenvolvimento Sustentável**. 2016

VERGARA, S.C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas. 2009

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. (2002). Pesquisa de casos na gestão de operações. **International Journal of Operations and Production Management**, 22(2), 195-219. 2015. <https://doi.org/10.1108/01443570210414329>

WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de usos dos seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume. 2010



IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização:
SUSTENTARE FURG CAMPINAS

WIPES 2022

Apoio:
Agência das Bacias PCJ

COMITÊS PCJ

YIN, R. K. Pesquisa e aplicações de estudo de caso: Design e métodos (6ª ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications. 2017